



MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a

11 de abril de 2019

Ata nº 02/2019

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, no Teatro Ribeiragrandense, sob a Presidência de José António Pereira Garcia, que foi secretariado pelo Primeiro e Segundo Secretários, respetivamente, Catarina de Fátima Almeida de Miranda e João Carlos Aguiar Teixeira. -----

PRESENCAS

Registaram-se as seguintes presenças:-----

Membros do Grupo Eleito pelo PSD: José Norberto Tavares Cordeiro, Rui Fernando Botelho Maré, Davide Manuel Afonso Camboia, Lúcia Maria do Couto Ferreira, Jorge Augusto de Oliveira Silva, Maria Miranda Teixeira, Luís Miguel dos Santos Almeida, Teresa Paula Cabral da Silva, Vera Mónica Barbosa Soares de Medeiros, Paulo César Frões Bulhões, Crispim Cabral de Melo Borges da Ponte, Claudina Maria Pimentel Oliveira. -----

Membros do Grupo Eleito pelo PS: Fernando Jorge Pereira Cordeiro, Luís César Pereira Carreiro, Beatriz da Conceição Furtado Correia, José Luís Pascoal Tavares Câmara. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Nélia de Fátima Moniz Pinheiro Duarte - Presidente de Junta de Freguesia das Calhetas, Rodrigo Sousa Pacheco - Presidente de Junta de Freguesia dos Fenais da Ajuda, Alberto Ponte Pacheco - Presidente de Junta de Freguesia da Lomba da Maia, Dário Ferreira Bernardo - Presidente de Junta de Freguesia da Lomba de São Pedro, Elisabeth Miranda Pereira Amaral - Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Hernâni Ricardo Costa - Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira Grande Matriz, João Paulo Melo Dâmaso Moniz - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Marco Paulo Pacheco Furtado - Presidente de Junta de Freguesia da Ribeirinha, José Henrique Pacheco Botelho - Presidente de Junta de Freguesia de Santa Bárbara, António Germano da Costa Monteiro - Presidente de Junta de Freguesia de São Brás. -----

AUSÊNCIA E SUBSTITUIÇÕES

Ausência ao abrigo do artigo 78º do Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicos: registou-se a ausência da senhora Deputada Maria de Lurdes Teixeira Moreira Alfinete. -----

De acordo com o nº 1 da alínea c) do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais compareceram os senhores: -----

Cláudio Miguel Frões Pimentel - Tesoureiro da Junta de Freguesia da Maia fez-se representar como substituto legal do seu Presidente Jaime Manuel Serpa Costa Rita. -----

José Cirilo de Sousa Pacheco - Secretário da Junta de Freguesia da Vila de Rabo de Peixe fez-se representar como substituto legal do seu Presidente, Jaime Luís Melo Vieira. -----

Ana Carolina Pacheco de Melo Pinto - Secretária da Junta de Freguesia da Porto Formoso fez-se representar como substituto legal do seu Presidente, Emanuel Mendonça Furtado. -----

Rodrigo João Medeiros Sousa - Secretário da Junta de Freguesia da Ribeira Grande Conceição fez-se representar como substituto legal da sua Presidente, Gisela de Fátima Pavão Melo Rodrigues Paz. -----

Encontrava-se presente o Sr. Nelson Costa que, na sequência do pedido de renúncia do senhor deputado Rodrigo Augusto Moraes dos Reis, foi convocado como elemento seguinte na lista do Partido Socialista, mas que, por motivos justificados, não esteve presente na reunião anterior para tomar posse. Assim, depois de se ter verificado a respetiva identidade e legitimidade, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou-o, a partir desta data, empossado como membro efetivo da Assembleia Municipal.

EXECUTIVO CAMARÁRIO

Em representação do executivo camarário tomou parte na sessão o senhor Presidente Alexandre Branco Gaudêncio, que se fez acompanhar da senhora Vice-Presidente Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca e da senhora Vereadora a Tempo Inteiro, Cátia Filipa Carreiro Sousa e ainda o senhor Vereador Miguel Melo Sousa. -----

Correspondência

Iniciou-se esta fase com a confirmação da receção do resumo da correspondência, não tendo havido pedidos de esclarecimentos. -----

Aprovação da Ata Nº 01 de 07 de fevereiro de 2019

Submetida à aprovação, a ata número um da sessão ordinária deste órgão deliberativo realizada no dia sete de fevereiro de dois mil e dezanove, a mesma foi aprovada, por unanimidade, após ter sido dispensada a respetiva leitura, uma vez que, a cópia da mesma foi previamente entregue a todos os membros. -----

Voto de Congratulação

Pelos senhores deputados José Cirilo Pacheco e José Norberto Cordeiro, foi presente à mesa o seguinte voto: -----

“Realizou-se na passada semana mais um encontro Nacional de Karaté, realizado no pavilhão Municipal da Malveira, prova que conta para o apuramento dos jogos da Ilha de Karaté a ser disputado em Elba, Itália. -----

A seleção Açores contou com duas atletas de São Miguel, sendo as duas atletas do Clube de Karaté Shokotan de Rabo de Peixe, nomeadamente Isabel de Chaves Medeiros e a atleta Simone Medeiros. -----

Há muito que estas e outras atletas desta vila têm honrado o nome da Vila de Rabo de Peixe e do Concelho da Ribeira Grande, fruto de várias vitórias em diversas provas, quer a nível regional quer a nível Nacional. -----

A atleta do shotokan de Rabo de Peixe Isabel de Chaves Medeiros teve um destaque assinalável, pois conseguiu ter uma prestação honrosa neste open onde foi mesmo uma das grandes protagonistas açorianas neste evento. -----

A Atleta oriunda da Vila de Rabo de Peixe, arrecadou a medalha de Prata na disciplina de Kumite – 50Kg e medalha de bronze na prova de Kata. Este feito contribuiu também para que a seleção Açoriana obtivesse um pecúlio muito positivo nesta honrosa competição. -----

Assim, nunca é demais realçar a importância que os clubes desportivos do concelho e os atletas representam no nosso concelho, pois são eles verdadeiros embaixadores do bom nome da Ribeira Grande. -----

Esta jovem atleta tem se evidenciado ao longo dos tempos em que compete, demonstrando nesta prova mais uma vez o seu valor, honrando o nome do nosso concelho a nível Nacional.

Assim, os Vogais eleitos pela lista do PSD propõem à Assembleia Municipal um voto de congratulação pelos resultados obtidos pela atleta Isabel de Chaves Gouveia pelas medalhas alcançadas, dignificando e honrando o nome do nosso Concelho. -----

Assim, solicitamos que este voto seja dado conhecimento à atleta, direção do clube, junta e Assembleia de Freguesia da Vila de Rabo de Peixe.” -----

O líder do Agrupamento do Partido Socialista, o senhor deputado Fernando Cordeiro, pediu a palavra para declarar que a sua bancada iria associar-se e subscrever na íntegra ao voto de congratulação. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Voto de Congratulação

Pelos senhores deputados Hernâni Ricardo Costa, José Cirilo Pacheco e Paulo César Frões Bulhões, foi presente à mesa o seguinte voto: -----

“O Agrupamento Político do PSD na Assembleia Municipal da Ribeira Grande vem, por este meio, congratular o Sporting Clube Ideal pela conquista inédita do Prémio de Ética Desportiva, atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude. -----

O Sporting Clube Ideal fundado em 02 de fevereiro de 1931, tornou-se na primeira coletividade desportiva açoriana a ser galardoada com o Troféu Ética Desportiva. -----

Mais do que um clube desportivo, o Sporting Clube Ideal é uma escola de valores humanos que foi e continua a ser fundamental para a formação cívica de várias gerações de jovens ribeiragrandenses. -----

Com este prémio, fica provado que na maior parte das vezes os verdadeiros valores de companheirismo e “fair-play”, são mais importantes do que os resultados desportivos de uma coletividade deste gênero. -----

O Grupo de Deputados do PSD na Assembleia Municipal da Ribeira Grande endossa os parabéns a toda a estrutura do Sporting Clube Ideal, nomeadamente a sua Direção, sócios, simpatizantes, colaboradores, treinadores e atletas, pedindo que deste voto seja dado conhecimento ao Sporting Clube Ideal.” -----

Dada a palavra ao líder do Agrupamento do Partido Socialista, o senhor deputado Fernando Cordeiro, declarou que a sua bancada também iria associar-se e subscrever na íntegra ao voto de congratulação. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Não tendo havido inscrições para mais nenhum assunto, passou-se à agenda da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. Apreciação das Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2018

Foram submetidos pelo executivo camarário, à aprovação deste Órgão deliberativo, para cumprimento do previsto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas de gerência relativas ao ano financeiro de 2018, que

totaliza na receita **21.621.512,64€** (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e doze euros e sessenta e quatro centimos), **e na despesa 20.807.732,92€** (vinte milhões, oitocentos e sete mil, setecentos e trinta e dois euros e noventa e dois centimos). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Pereira Garcia, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por destacar que, relativamente à conta de gerência do ano 2018, o Município registou o grau de execução mais elevado de sempre a nível das Grandes Opções do Plano, com cerca de 93% de execução, sendo a taxa de execução física, a nível de faturação, de cerca de 94%. -----

Sublinhou que o executivo está a cumprir os seus objetivos, salientando que, desde que o mesmo tomou posse em 2013 e, até ao momento, as taxas de execução do Plano e Orçamento têm oscilado entre os 86% e os 90%, o que traduzia orçamentos credíveis e razoáveis. -----

Continuou dizendo que a Câmara tem apresentado orçamentos realistas e que com base na previsão de receitas do município faz depois a projeção dos investimentos. Frisou ainda que anunciava os Planos e Orçamentos em linha com aquilo que era possível executar. -----

Recordou que, no passado, a execução rondava os 40% a 50%, ou seja, “que se apregoava muito e executava-se pouco”. Afirmou em seguida que hoje em dia isto não acontece, sobretudo fruto das exigências legais. -----

O senhor Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que o grau de execução orçamental de 2018 reflete a exigência que colocou nas contas públicas da autarquia, através de critérios que permitem a boa saúde financeira da mesma. -----

Referiu que ao longo do ano 2018 o prazo de pagamento a fornecedores foi de quatro dias, revelando exigência nas contas públicas, acima de tudo na contratação e nos efeitos positivos para a economia local. -----

Relembrou que houve anos em que estes prazos de pagamento ultrapassavam os seis meses. No entanto, não obstante a lei prever o pagamento a fornecedores em 30 dias, a Câmara Municipal da Ribeira Grande estava a fazê-lo num prazo bastante inferior. -----

Deu nota ainda do que aconteceu no ano 2018 em relação às despesas e às receitas, referindo que a autarquia teve um saldo positivo de cerca de dois milhões e cem mil euros porque arrecadou uma receita de cerca de vinte e dois milhões e novecentos mil euros e teve como despesa efetiva vinte milhões e oitocentos mil. -----

Explicou que transitaram o ano com o saldo positivo de mais de dois milhões de euros. Para além disso, a nível de resultado contabilístico, o mesmo foi de 4,4 milhões. -----

Em seguida, destacou alguns aspetos da execução do Plano e Orçamento de 2018: no ensino, a autarquia investiu cerca de 675.000€, sendo a maior parte destinada à rede de ATL's que atualmente já abrange cerca de 300 crianças em todo o concelho, através de catorze salas de ATL, para além de muitos projetos extracurriculares também integrados naquele montante; a nível social salientou a utilização de 165.000€ no fundo de emergência social e no programa de habitação degradada, o que permitiu ajudar centenas de famílias, o que revela a preocupação social do executivo; no que diz respeito às organizações culturais, os apoios ultrapassaram o valor de 260.000€; no desporto os apoios ultrapassaram os 790.000€, com destaque para os 200.000€ investidos nas transferências para os clubes desportivos no concelho da Ribeira Grande. Mais disse que, desde 2013 até ao momento atual já são apoiados catorze clubes federados, da Ribeira Grande. -----

Prosseguiu dizendo que, relativamente às obras físicas, havia a destacar algumas empreitadas concluídas em 2018: na Ribeira Seca, a Rua da Madre Teresa; no Pico da Pedra, a conclusão da Avenida da Paz; na Matriz, a Rua do Espírito Santo. -----

Quanto aos Planos Estratégicos, afirmou que os mesmos constituíram ferramentas fundamentais para o futuro da autarquia, nomeadamente, o Plano de Mobilidade Sustentável e os Planos Estratégicos de Reabilitação Urbana no concelho da Ribeira Grande. -----

Acrescentou que mantiveram também uma preocupação, ao longo do ano 2018, na manutenção das zonas verdes, que é uma imagem de marca do concelho. -----

Em suma, referiu que no ano 2018 havia sido feito um trabalho muito exaustivo, mas foi um ano no qual foi possível concretizar alguns objetivos, nomeadamente com captação de investimentos privados. -----

A este propósito, o senhor Presidente da Câmara, a terminar, referiu ainda que, muito recentemente, a senhora Secretária do Turismo esteve na Ribeira Grande na inauguração de um novo empreendimento turístico, onde revelou que na Ribeira Grande existem 27 projetos que já deram entrada na Direção Regional de Apoio à Competitividade, representando um valor global de investimento na casa dos sessenta e três milhões de euros, com a criação direta de 200 postos de trabalho. Finalizou realçando que a autarquia teve a visão de, no tempo certo, criar condições para a captação de investimentos privados, o que agora, começa a dar frutos devido à estratégia implementada. -----

O senhor Deputado Rui Maré pediu a palavra e começou por elogiar o rigor do trabalho que vem sendo desenvolvido por este executivo, ao longo dos anos. Realçou que a Câmara cumpre o que promete, o que se revela nos 93% de execução. Destacou o crescimento de 15% nos investimentos, face ao ano anterior, assim como o facto de em 2018 o valor das despesas correntes ter sido inferior ao das receitas correntes. Referindo-se depois ao Relatório de Gestão, afirmou que do mesmo é possível concluir que, nos últimos oito anos, o rácio de autonomia financeira, o grau de endividamento, a liquidez geral, a liquidez deduzida, a liquidez imediata e a solvabilidade obtêm os melhores números dos últimos oito anos, o que demonstra que a autarquia e o Concelho se encontram no bom caminho. Sem querer ser exaustivo, referiu ainda que esta era uma Câmara mais humana e que dava sempre prioridade às Funções Sociais, nas quais em 2018 investiu 8.033.000€ e donde se destacam os investimentos na ação social, no ambiente, no abastecimento de água e no ensino. Nas Funções Económicas realçou a existência de grandes investimentos como a promoção turística, nas acessibilidades, na rede viária. Ainda se referiu à descentralização de verbas para o poder local, com uma verba de 872.000€, para pequenas obras de manutenções não só em Escolas do 1º ciclo, mas também para passeios e estradas entre outros. -----

Concluiu dizendo que o Grupo Municipal do PSD desta Assembleia congratulava o Executivo camarário e iria votar favoravelmente os documentos de apresentação de contas da gestão de 2018. -----

O senhor deputado Fernando Cordeiro pediu para intervir e fez saber que seria esta a quinta vez que a Assembleia iria aprovar as contas da Câmara Municipal da responsabilidade do PSD e que o senhor Presidente da Câmara, também pela quinta vez, decidira realçar como mérito o grau de execução que os orçamentos têm alcançado, nomeadamente as contas de 2018. Continuou dizendo que era bom que assim acontecesse, uma vez que o Orçamento não era mais do que uma previsão de receitas e despesas, apresentada em antecipação. Referiu ainda que era bom quando as previsões constantes no orçamento se aproximavam da realidade. -----

Realçou que isso, em si mesmo, não daria mérito nenhum à Câmara e poderia não significar nada de especial. Significava apenas que a Câmara fazia o orçamento e que acertava na previsão de receitas e despesas. -----

Prosseguiu afirmando que, por acaso no orçamento de 2018, até houve falhas em vários aspetos e deu como exemplo algumas rubricas em que houve falha de previsão por defeito, ou por excesso, como no caso da taxa de derrama, no que respeita às receitas. -----

Referiu também que a Câmara Municipal devia ser mais exigente consigo, nomeadamente com o planeamento; mais exigente com os investimentos, com a concretização dos mesmos e com a satisfação das necessidades do concelho da Ribeira Grande. -----

Concretizando, lembrou que o resultado líquido de cerca de 4,5 milhões de euros, facto realçado pelo Senhor Presidente da Câmara como aspeto positivo das contas do ano 2018, na perspetiva da bancada do Partido Socialista era um resultado negativo porque significava, no fundo, a incapacidade de planeamento e investimento da Câmara. -----

Salientou que era inadmissível num concelho que continuava a ter necessidades prementes em termos de obras infraestruturais, obras de há muito ansiadas pelos munícipes da Ribeira Grande, que a Câmara da Ribeira concluísse o ano de 2018 com um resultado líquido de cerca de 4,5 milhões de euros. -----

Continuou dizendo que, só por si, esse facto presente nas contas de 2018, revelava a incapacidade do executivo do PSD, da Câmara Municipal da Ribeira Grande, em corresponder positivamente com a concretização de obras e infraestruturas indispensáveis, na sequência do incremento de receitas proporcionado pelo período extraordinário da expansão da atividade económica, o que naturalmente se refletiu quer na rubrica de despesa, quer na rubrica de receita. Na sua opinião, era evidente que, num período generalizado de expansão económica nacional e internacional, a atividade económica da Ribeira Grande não poderia deixar de espelhar essa situação. Continuou dizendo que era também evidente que houve um acréscimo extraordinário de receitas de impostos diretos, como o IMT, IMI, IRS, taxa da derrama, o que teve reflexo no acréscimo de receitas por parte da Câmara Municipal da Ribeira Grande. -----

Por outro lado, mencionou que o referido aumento de receitas também não deixava de ser preocupante, não pelo aumento de receitas em si, mas se devidamente conjugado, por exemplo, com o aumento das taxas e das tarifas propostos para o orçamento de 2019, tornava mais incompreensível a boa situação financeira da Câmara referida quer pelo senhor Presidente da Câmara, quer pelo deputado Rui Maré. Por isso, continuou dizendo que acha estranho que a Câmara tenha tido a necessidade de, por exemplo, para o ano 2019, aumentar significativamente as tarifas e as taxas, da água, do saneamento básico e sobretudo o custo da água para os munícipes da Ribeira Grande. -----

Mais salientou que quem tem a situação financeira que a Câmara alardeou, torna só por si injustificado o referido acréscimo extraordinário de encargos para os munícipes da Ribeira Grande. -----

Concluiu que, pelos motivos invocados, os vogais do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Grande não iriam dar o voto favorável às contas do ano 2018. -----

O senhor deputado Rui Maré interveio para esclarecer que a imagem que havia acabado de ser passada pelo senhor deputado Fernando Cordeiro era de que esta Câmara aumentou os impostos, e que, assim teve muito mais receitas e por isso teve muito mais lucro. -----

Face ao exposto, lembrou que, a derrama aumentou, mas estava com as taxas mínimas estabelecidas por lei, o mesmo acontecendo com o IMI e com o IMT. Referiu, ainda que esta Câmara, em sede de IRS, devolveu 1,5% aos munícipes, sendo a Câmara que na ilha de São Miguel, mais valor de IRS devolveu aos munícipes. Prosseguiu dizendo que a receita de IRS para a Câmara rondava cerca de 500.000 euros, mas que nem 50% da população da Ribeira Grande paga IRS. 47% da população em idade ativa recebe Rendimento Social de Inserção e estão isentos do pagamento de IRS. Por isso, reafirmou ser esta a Câmara que mais IRS

devolvia aos munícipes e que isso significava uma franja mínima da população. Relativamente às tarifas e taxas esclareceu que havia regras a cumprir, nomeadamente que as despesas deveriam ser inferiores às receitas que emanavam do organismo que gere, audita e supervisiona estes valores. Justificou que o aumento de receitas era também uma consequência do desenvolvimento que neste momento a Ribeira Grande regista. -----

Concluiu dizendo que, relativamente ao resultado líquido, o mesmo não significava que a Câmara tivesse um lucro de 4 milhões de euros e não o soubesse aplicar. Sugeriu que se olhasse para a conta de gerência para perceber qual o *cash flow* que daí resulta para ser integrado nas contas da Câmara. Neste caso, o valor era de 2 milhões de euros. Reafirmou ainda que as receitas registadas não eram fruto de aumento de impostos para a população, mas da melhoria da dinâmica económica do Concelho. -----

O senhor Deputado Fernando Cordeiro pediu para fazer novamente uma intervenção, e referindo-se às questões levantadas pelo senhor Deputado Rui Maré, no que concerne à Taxa da Derrama, disse que a mesma existe, mas poderá ser eliminada, apesar do respetivo valor estar no mínimo. -----

Quanto à devolução de IRS afirmou que o mesmo poderia ser devolvido na totalidade, o que significaria a reposição de mais de 550 mil euros, em termos de rendimento, para uma franja significativa de pessoas da Ribeira Grande. Assim, esse dinheiro retido pela Câmara poderia ser devolvido aos munícipes da Ribeira Grande, que certamente, agradeceriam este acréscimo de rendimento. -----

Quanto à questão de conta de gerência, realçou que, no final do ano 2018, a Câmara Municipal da Ribeira Grande tinha nessa conta mais de dois milhões de euros. Na sua opinião, podia perfeitamente ter injetado estes dois milhões de euros na economia sob as mais variadas formas, nomeadamente sob a forma de investimento. Mas o facto de não o ter feito denota em si mesmo uma incapacidade de investimento, de planeamento e de execução da Câmara Municipal. -----

Recordou que quando se falava de obras, convinha lembrar que a Câmara ia para o sexto ano do mandato com a gestão do PSD e quanto a obras concretas, o senhor Presidente adiantou vários planos estratégicos e a conclusão de duas ruas. -----

Referiu-se concretamente a investimentos que têm sido sucessivamente adiados desde o período de graves restrições económicas, no tempo da Troika, em 2013 e que decorridos seis anos, continuavam por realizar, nomeadamente, o acesso pelo caminho da Tondela, o Complexo Desportivo do Campo de Jogos de Rabo de Peixe, a ligação rodoviária entre Maia e Lombinha da Maia, as ligações pedonais entre as freguesias do concelho da Ribeira Grande, nomeadamente entre Rabo de Peixe e a cidade da Ribeira Grande e entre a Ribeirinha e a Matriz, que naturalmente podiam ser realizadas em conjugação com o Governo da Região, o qual não deixaria de fazer os protocolos que fossem necessários no sentido de concretizar as obras que são efetivamente do interesse dos munícipes da Ribeira Grande. -----

Terminou referindo ainda que, passados seis anos, há uma serie de outras obras que foram sucessivamente adiadas, como a obra da Ponte e a conclusão do Complexo da Frente Mar para o lado poente. -----

O senhor Deputado Jorge Silva pediu para se pronunciar dizendo que há mais de 30 anos que ouve falar no Caminho da Tondela. No entanto, observou que o Partido Socialista esteve oito anos na gestão da Câmara e que também nada fez relativamente ao referido Caminho. -----

Mencionou, ainda, que no que diz respeito ao Complexo Desportivo de Rabo de Peixe, recordou que o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal não votou favoravelmente a contração de um empréstimo para a realização do mesmo. -----

Além disso, prosseguiu dizendo que na ligação Maia/Lombinha da Maia, como já havia sido dito noutra sessão da Assembleia, o atraso no início da obras deveu-se um pedido expresso do Presidente da Junta de Freguesia da Maia para que o projeto fosse revisto e bem. O mesmo foi revisto e, tanto quanto sabe, brevemente a obra terá início. -----

Finalmente mostrou a sua surpresa por ter ouvido que, relativamente aos acesos pedonais entre as freguesias, a Câmara Municipal da Ribeira Grande devia substituir-se ao Governo Regional para fazer aquilo que este não faz, há trinta anos. -----

O senhor Deputado Rui Maré pediu para intervir novamente e convidou o senhor Deputado Fernando Cordeiro a olhar para os números com algum rigor, nomeadamente quando disse que esta Câmara fez apenas duas ruas em 2018. Continuou dizendo que, olhando para a execução das Grandes Opções do Plano, por exemplo na rubrica Saneamento, poderia lá ver 15 obras; nas obras de abastecimento de água, o que também incluía algumas repavimentações, 10 obras; nas rubricas económicas, nomeadamente nos transportes rodoviários, o que inclui a conservação e manutenção de vias e não só, com cerca de 30 obras, num valor de quase 2.000.000€, concluindo que não foram feitas apenas duas obras. -----

Mais esclareceu que esta Câmara, ao contrário das Câmaras PS, geria o Município tendo em conta as receitas disponíveis e as prioridades estabelecidas. Por isso, deu como exemplo e com base no Relatório de Gestão a evolução da dívida que em 2012 era na ordem dos 12.246.000€ e que neste momento se encontrava nos 10.597.000€. Mencionou ainda que a dívida de curto prazo a instituições financeiras era em 2012 na ordem dos 3.644.000€ e que atualmente era de 638.000€. Concluiu dizendo que, esta Câmara geriu os números com rigor e preocupação. -----

O senhor deputado João Paulo Moniz pediu para fazer uma intervenção para que ficasse registado que concordava com o senhor deputado Fernando Cordeiro quando afirmou que o caminho entre a Vila de Rabo de Peixe e a freguesia da Ribeira Seca se encontrava lastimável e que era pena que a entidade responsável por aquela via nada fizesse em relação à mesma. --

O senhor deputado Fernando Cordeiro pediu novamente para fazer uma intervenção e, replicando o último ponto referido na intervenção do senhor deputado Rui Maré, referiu que, conforme constava das contas do ano 2018, para além de a Câmara fechar uma conta de gerência de mais dois milhões de euros e um resultado líquido de quase 4,5 milhões de euros, ainda conseguiu o feito notável de, nesse período tempo, em 2018, aumentar a dívida de médio longo prazo em mais de um milhão de euros. Mais disse que era difícil conciliar estas duas situações, mas era o que os números denotavam. -----

Após as intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal fez uso da palavra para esclarecer algumas questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Cordeiro. Por

exemplo, quando referiu que o saldo da conta de gerência era positivo, não compreendia a posição do Partido Socialista, uma vez que, era melhor ter contas positivas do que negativas. --

Mais disse que, quanto à falta de investimento, a sua intervenção inicial era apenas um resumo, não sendo tão exaustivo como estava refletido nos documentos que foram apresentados. -----

Referiu que, hoje em dia, mais do que investimentos físicos, estava em causa também dar visibilidade ao Concelho, de forma a atrair investimentos privados, os quais, na sua opinião, criam empregos, que geram impostos, os quais também revertem para autarquia. -----

Discordou do senhor Deputado Fernando Cordeiro, relativamente a abdicar da taxa da derrama ou a devolver mais IRS e lembrou que, alguns concelhos no interior do país aplicavam estas medidas para atrair investimento. Pois, na Ribeira Grande, isto, não estava a acontecer. Pelo contrário, o investimento privado tem vindo a aparecer cada vez mais, apesar das taxas mínimas que o Município tem vindo a manter. -----

Salientou que o aparecimento de investimentos privados é também o resultado de uma estratégia bem definida desde o início do mandato, pela Câmara Municipal, e que começava a trazer frutos. Continuou fazendo a comparação entre a Ribeira Grande e outros concelhos, quer da Região, quer da ilha de S. Miguel, desafiando o senhor deputado Fernando Cordeiro indicarlhe um outro Concelho que tenha neste momento a quantidade de investimentos que está a acontecer no Concelho da Ribeira Grande. Depois, referiu-se novamente à importância das estratégias e documentos que as encerram, dizendo que à vista do investidor são muito relevantes para as decisões de investir. Esclareceu ainda que a Câmara tem vindo a contactar com muitos investidores privados que, vêem que a Câmara da Ribeira Grande tem ferramentas e documentos de trabalho que são fundamentais para a execução dos seus objetivos. -----

A título de exemplo, o senhor Presidente da Câmara referiu que há pouco tempo havia recebido um grupo de investidores muito interessados nas águas quentes, aproveitando o fluxo geotérmico existente, nomeadamente junto da Eda Renováveis. Esses investidores queriam fazer um estudo para saber da viabilidade de aproveitarem as águas termais e/ou de bem-estar. De acordo com o senhor Presidente, estes investidores foram surpreendidos quando tomaram conhecimento que a Câmara já tinha o relatório sobre águas termais feito e puderam desde logo ter acesso ao mesmo, o qual se encontra no *site* da Câmara Municipal, na internet. Para o senhor Presidente isto é antever o futuro. Disse ainda que é com este tipo de iniciativas que se atrai investimento para a Ribeira Grande. -----

Ainda com relação aos documentos estratégicos, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se à Reabilitação Urbana, cuja informação é fundamental para o dia-a-dia, por exemplo, das Juntas de Freguesia onde existem Áreas de Reabilitação Urbana, não só para perceberem as áreas de investimento, mas acima de tudo para mostrarem a possíveis investidores o que se está a passar neste momento no território e o que se prevê a nível de investimento. -----

Referindo-se em seguida a algumas obras anteriormente mencionadas, como o Caminho da Tondela, o passeio marítimo, o Campo de Jogos de Rabo de Peixe e a estrada Maia/Lombinha, deu nota de que desde que este executivo tomou posse na Câmara Municipal o foco de reabilitação marítima foi sempre o lado poente, pois virar a cidade para o mar, mais do que um *slogan* seria um desígnio deste executivo, o que estava a ser conseguido. Recordou que houve a necessidade de comprar 22 moradias, cujo processo negocial não foi nada fácil. Mais disse que a nova ponte estava quase concluída, prevendo-se que entre abril e maio viesse a ocorrer a respetiva inauguração, o que lhe permitia dizer que, de uma vez por todas, foi possível virar a cidade para o mar. -----

Continuou dizendo que, quanto ao Caminho da Tondela, foi necessário fazer opções e que, a nível estratégico o investimento foi direcionado para a parte marítima, pois fruto daquela requalificação começavam a aparecer uma série de investimentos à volta, quer com hotéis quer

com a reabilitação urbana, por exemplo, através do alojamento local. A propósito, endereçou um convite aos presentes para que passassem nas ruas adjacentes à nova ponte e verificassem que muitas casas já foram vendidas por valores muito acima do que era esperado. Prosseguiu dizendo que, caso não tivesse sido feita aquela obra de reabilitação urbana pública, seria caso para questionar a subida de valor dos imóveis, a construção de um novo hotel e outros projetos que estão em carteira. -----

O senhor Presidente da Câmara voltou a referir que a Tondela é fundamental e que a primeira fase foi a requalificação da Rua do Espírito Santo informou também que iria avançar em breve a requalificação do Largo das Freiras, que irá ligar ao troço da Rua do Espírito Santo e dar sequência ao Caminho da Tondela. -----

No que concerne ao Campo de Jogos de Rabo de Peixe informou que a respetiva obra se encontrava pendente de visto do Tribunal de Contas, sendo que um dos requisitos solicitados por aquele tribunal foi a aprovação da ata da Assembleia Municipal do mês de fevereiro, a qual, encontrando-se já aprovada seria de imediato enviada àquela entidade. -----

Quanto à estrada Maia/Lombinha da Maia justificou a demora com uma reformulação do projeto solicitada pela Junta de Freguesia da Maia, informando que a mesma está em conclusão, prevendo apresentar o projeto publicamente dentro de muito pouco tempo. -----

Colocado à votação, foi aprovado por maioria e em minuta com 22 votos a favor pelos eleitos do PSD e 12 abstenções pelos eleitos do PS. -----

Declaração de Voto

Pelo senhor deputado Fernando Cordeiro, foi presente à mesa a seguinte declaração: -----

A apreciação das contas relativas ao ano financeiro de 2018 apenas vem confirmar os motivos de preocupação manifestados pelos vogais do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal aquando da votação do Orçamento para 2018. -----

Preocupação, antes de mais, pela manifesta incapacidade de investimento da gestão do executivo do PSD, que se espelha nas contas de 2018 pelo facto de ter fechado o ano de 2018 com um resultado líquido de cerca de 4.5 milhões de euros, ao mesmo tempo que continuam por realizar, ano após ano, obras em infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento económico e social do concelho. Na verdade, é politicamente inaceitável, até incompreensível, que continuem por fazer, entre muitas outras, o acesso ao centro da cidade da Ribeira grande pelo Caminho da Tondela, a conclusão da ponte, a extensão e continuação para poente da Frente Mar ou projeto do Passeio Atlântico até à Ribeira Seca, as novas ligações para peões entre várias das freguesias do concelho especialmente as urgentes ligações pedonais entre Rabo de Peixe e a cidade da Ribeira Grande e entre esta e a freguesia de Ribeirinha, o Complexo Desportivo/Campo de Futebol de Rabo de Peixe, a obra da estrada da ligação entre a Maia e a Lombinha da Maia, tudo ao mesmo tempo que as contas de 2018 evidenciam um resultado líquido de cerca de 4,5 milhões de euros, que só por si é demonstrativo da falta de planeamento e capacidade de investimento da Câmara Municipal da Ribeira Grande. -----

Preocupação, ainda, porque ao mesmo tempo que adia o inadiável, o executivo Municipal do PSD consegue o feito “notável” de aumentar em 2018 a dívida de médio e longo prazo em mais de 1 (um) milhão de euros. -----

Preocupação, em terceiro lugar, porque tal acontece num período de expansão económica geral, que teve como consequência direta o facto de a Câmara da Ribeira Grande ter cobrado em 2018 o maior valor em impostos, serviços e taxas de sempre. Na verdade, a Câmara da Ribeira Grande cobrou aos ribeiragrandenses mais de 8 (oito) milhões de euros em impostos

diretos, serviços e taxas municipais, dispondo hoje de meios financeiros que em tempo de recessão e de crise económica generalizada nunca houve. -----

Preocupação, ainda, porque, além de não se constarem resultados concretos em obras ou na vida das pessoas e empresas da Ribeira Grande desse enorme aumento de receitas da Câmara, mais injustificados, e até inexplicáveis à luz das contas de 2018, se tornam os recentes aumentos das taxas e das tarifas impostas pela gestão do PSD na Câmara da Ribeira Grande aos cidadãos e empresas do concelho para o fornecimento de água, o saneamento básico e a recolha de resíduos. -----

Preocupante ainda é o facto espelhado nas contas de 2018, de a Câmara Municipal da Ribeira Grande ter desinvestido significativamente nos apoios à habitação degradada, sendo de realçar que a Ação Social nas GOP tem uma execução de apenas 68% e a habitação de apenas 27%, quando se impunham outras e melhores opções, sempre em função das contas de 2018. -----

Para os vogais do Partido Socialista, é, por fim, preocupante o facto de o executivo do PSD insistir em não devolver na sua totalidade a receita anual de IRS que arrecada no concelho de mais 500 mil euros, quando sabe que os Ribeiragrândenses pagaram em 2018 mais de 4 (quatro) milhões de euros em IMI, IRS e outros impostos diretos. Esta foi aliás uma proposta do programa do Partido Socialista das eleições autárquicas de 2017 e é um direito que devia ser liminarmente reconhecido aos Ribeiragrândenses pelo executivo do PSD, não havendo qualquer motivo válido, tal como demonstram as contas de 2018, para a recusa na devolução desse dinheiro à população da Ribeira Grande, ao mesmo tempo que continua firme a habitual política de desinvestimento e de esbanjamento de dinheiros públicos do executivo camarário do PSD, que em nada contribui para o bem estar económico e social dos Ribeiragrândenses. -----

Em conclusão, as contas de 2018 confirmam apenas o adiamento do futuro. -----

Face ao exposto, os vogais do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Grande não tiveram outra alternativa que não fosse o voto de abstenção relativamente à execução e contas de 2018. -----

Declaração de Voto

Pelo senhor deputado Rui Maré, foi presente à mesa a seguinte declaração: -----

Este executivo camarário, mais uma vez, este ano de 2018, executou um excelente trabalho de Gestão dos dinheiros públicos, com muito rigor e transparência, com grau de execução de 93%, cumprindo quase todos os compromissos a que se tinha proposto no seu orçamento para 2018, enaltecendo sempre a preocupação social, a qualidade de vida dos seus munícipes, e uma contínua estratégia de desenvolvimento Local. -----

Nesta execução do GOP, nas funções Sociais foram executados 8 033 615€ o que espelha bem a real intenção e preocupação deste executivo, em minimizar os efeitos sociais do desnorte e desinvestimento do nosso Governo Regional. -----

Nas funções Económicas, foram executados 2 793 562€, na valorização económica, social e humana, com investimentos e manutenção em equipamentos, bem como na valorização do bem-estar pessoal dos seus munícipes e na promoção económica do concelho da Ribeira Grande. -----

A pensar no Futuro, e tentando ultrapassar as lacunas do nosso Sistema Regional, esta Câmara teve uma especial atenção no Ensino, com um investimento total de 673 467€, entre remodelações e investimentos extracurriculares. -----

Na Ação social, com um investimento total de 164 411€, permitiu ajudar inúmeras famílias em várias áreas, indo ao encontro de muitas necessidades de muitos munícipes em situação difícil.

Continuou a haver uma preocupação ambiental e do bem-estar dos munícipes, com um investimento de 192 820€ no abastecimento de Água, de 2 169 787€ no saneamento básico, 384 369€ na proteção do meio ambiente e conservação da natureza, e 1 115 371€ na gestão dos resíduos sólidos. -----

No desporto, recreio e lazer, foram investidos 1 125 818€, na Cultura 310 810€ e 225 836€ nas outras atividades cívicas e Religiosas, o que demonstra bem a preocupação deste executivo na ocupação saudável dos nossos Jovens. -----

Para além de todo este investimento Social, este executivo teve também uma grande preocupação nas funções económicas, preocupando-se com a rede viária do concelho e acessibilidades, investindo 1 496 5021€ e acima de tudo com o futuro económico, investindo 1 120 275€ na promoção turística do concelho, dado o grande fluxo de turismo na Ilha e grande procura pela Ribeira Grande. -----

Continuou com a estratégia da descentralização e delegação de competências para o Poder Local, com um total de 872 390€. -----

Para além de todos os investimentos realizados no total de 6 140 769€, representado um aumento de 15.52% face a 2017, temos que realçar novamente o excelente trabalho de gestão, uma vez que as despesas correntes foram inferiores às receitas correntes, voltando a produzir um resultado Líquido Positivo. Fruto de uma eficiente Gestão, exemplo para muitos, de como devem ser geridos os dinheiros públicos. -----

Muito importante sublinhar, que este Executivo Camarário, conseguiu os melhores valores dos últimos 8 anos, em vários Rácios importantes que traduzem a saúde financeira desta Câmara, nomeadamente, na Autonomia Financeira, no grau do endividamento, na Liquidez geral, na Liquidez Reduzida, na Liquidez imediata e na Solvabilidade. -----

Por todos os motivos acima referidos, por haver um grande respeito e investimento em todas as freguesias do concelho, e porque cada vez mais o Concelho da Ribeira Grande está a ser um concelho atrativo e muito promissor, fruto de toda a estratégia que este executivo camarário tem implementado nos últimos anos. O Grupo Municipal do PSD desta Assembleia, congratula este executivo camarário e vota favoravelmente os números apresentados face à gestão de 2018. -----

2. Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação

Foi submetido pelo executivo camarário à apreciação deste Órgão deliberativo, para cumprimento do previsto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Mapa dos Movimentos de Exercício de 2018 retirado da SIC (Sistema de Inventário e Cadastro), o Balanço e o Mapa do Ativo Bruto retirados do SCA (Sistema de Contabilidade Autárquica), com o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----

A Assembleia apreciou e tomou conhecimento -----

3. Proposta de Aplicação de Resultados

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste Órgão deliberativo, que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante indicado de 4.475.720,88€, seja aplicado da seguinte forma: -----

- Constituição de Reservas Legais: 223.786,04 €; -----
- Reforço do Património: 745.080,68 €; -----

- Resultados Transitados: 3.506.854,16 €. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor pelos eleitos do PSD e 12 abstenções pelos eleitos do PS. -----

4. Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2019

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, em cumprimento da alínea a) do nº 1 do artigo 25º e alínea c) do nº 1 do artigo 33º ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012 (LCPA) de 21 de fevereiro, a Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2019, no valor de 1.242.489,67€, a qual destina-se a inscrever no Orçamento da Receita e da Despesa. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para dar nota que, nesse ponto, embora o saldo de gerência tenha sido de 2 milhões de euros, o valor da diferença está relacionado com a receita consignada que transita de um ano para outro, correspondendo à aquisição de moradias no âmbito da construção da via litoral do passeio atlântico, finalização da obra do saneamento básico na “frente-mar” da cidade e ainda aos reembolsos da candidatura “frente-mar”, para amortizar extraordinariamente o empréstimo que foi feito para a obra da ponte. -----

Resumiu que foram valores consignados de empréstimos contraídos no ano de 2018. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com 22 votos a favor pelos eleitos do PSD e 12 abstenções pelos eleitos do PS. -----

5. Primeira Alteração ao Quadro de Pessoal de 2019

Foi submetido pelo órgão executivo à aprovação deste órgão deliberativo, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2019, onde se inclui os postos de trabalho no âmbito do Programa de Regularização de Precários, 1 vaga para Assistente Técnico para o Contencioso, 2 vagas para a categoria de Fiscal Municipal especialista, e 2 vagas para a categoria de Fiscal Municipal especialista principal. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande interveio dizendo que esta alteração ao Quadro de Pessoal de 2019 tinha a ver com Legislação relacionada com o Programa de Regulação de Precários, através da qual, foi dada indicação aos Municípios que a poderiam aproveitar para regularizar a situação de trabalhadores que à data estavam a fazer programas de emprego na autarquia. -----

Referiu que a Lei indicava que quem estivesse a fazer programas de emprego na autarquia no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 a 31 de maio de 2017, e desde que a autarquia sentisse que havia uma necessidade permanente do quadro, poderia abrir vagas para regularizar a situação laboral das pessoas que àquela data cumpriam estes requisitos. Por isso mesmo a autarquia aproveitava esta oportunidade e solicitava à Assembleia para considerar a abertura de 63 vagas no âmbito do Programa de Regularização de Precários, das quais fazem parte 6 técnicos superiores, 14 assistentes técnicos, 2 técnicos de informática e 41 assistentes operacionais. -----

Referiu ainda que foi identificado que o município tinha falta de pessoal nestas áreas em concreto, e que se prevê também que nos próximos 3 ou 4 anos cerca de 20 a 30 pessoas irão entrar na idade de reforma. Atendendo também a que a Câmara tem muitas pessoas de baixa médica de forma contínua, concluiu que esta medida será muito importante, por um lado no rejuvenescimento do quadro de pessoal da autarquia, e por outro lado no preenchimento da efetiva necessidade do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Ribeira Grande. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com 23 votos a favor, sendo 21 pelos eleitos do PSD e 2 dos eleitos do PS, e 10 abstenções pelos eleitos do PS. -----

6. Ajuste Direto para Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas – Proposta de Adjudicação

Foi submetido pelo órgão executivo à aprovação deste órgão deliberativo, no âmbito do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), a nomeação do auditor externo: **Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda.**, para o ano de 2019, assim como a auditoria às contas consolidadas de 2018, passando-se a indicar os elementos fundamentais da proposta apresentada: -----

- **Concorrente:** Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda. -----

- **Valor total:** 16.400,00 acrescido de IVA à taxa em vigor. -----

- **Preços Parciais:** -----

- Revisão Legal de Contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei 73/2013: 14.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

- Auditoria às Contas Consolidadas de 2018: 2.400,00€ e acrescido à taxa legal em vigor. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta. -----

7. Doação e afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno no âmbito da obra de “Construção do Arruamento entre a Rua do Estrela e o Parque Industrial”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste Órgão deliberativo, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a doação e afetação ao domínio público municipal no âmbito da obra de **“Construção do arruamento entre a Rua do Estrela e o Parque Industrial” (atual Rua dos Bombeiros Voluntários)** da parcela 1 com 1120 m2 a desanexar do prédio rústico, sito na Canada da Mariana – Almas, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande, que consta de 19.840 m2 de caminho e cultura arvense de regadio, descrito na Conservatória do Registo Predial da Ribeira Grande sob o número 193/Conceição, registado a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, NIF: 512011923, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob o artigo número 79 da secção B (parte). -----

Atendendo que o referido prédio deu origem aos prédios urbanos inscritos sob os artigos 2115 com 5250 m2 e 2116 com 14,590 m2, a doação e afetação ao domínio público será a seguinte: -

- 280 m2 a desanexar do prédio inscrito sob o artigo 2115, cujo valor para efeitos registrais proponho o de 28.274,00€; -----

- 840 m2 a desanexar do prédio inscrito sob o artigo 2116, cujo valor para efeitos registrais proponho o de 44.275,00€; -----

De referir que estas parcelas não constam na Resolução do Conselho do Governo nº 111/2007 de 15 de outubro, que declara a utilidade pública, com carácter de urgência a expropriação das parcelas de terreno para a obra de **“Construção do arruamento entre a Rua do Estrela e o Parque Industrial”**. -----

O prédio 79 B tem pendente o processo de cadastro nº 38/2017. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta, com 33 votos a favor. -----

8. Doação e Afetação para o domínio público municipal de uma parcela de terreno no âmbito da Obra de “Construção da Rua Ângelo Pacheco Alfinete – Conceição”

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste Órgão deliberativo, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a doação e afetação ao domínio público municipal no âmbito da obra de **“Construção da Rua Ângelo Pacheco**

Alfinete – Conceição” da parcela 2 com 100 m2 a desanexar do prédio rústico, sito no Rego Esquerdo, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande, que consta de 3,780 m2 de terra de cultivo, descrito na Conservatória do registo Predial da Ribeira Grande sob o número 1495/Conceição, registado a favor de DAMASO PACHECO RAPOSO NIF: 115174613, e inscrito na respetiva matriz cadastral sob o artigo número 6 da secção B, cujo valor para efeitos registrais proponho o de 23€. -----

O prédio 6 B tem pendente o processo de cadastro nº 56/2018. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta, com 34 votos a favor. -----

9. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade camarária bem como a situação financeira da mesma

A Assembleia tomou conhecimento, sem ter havido qualquer discussão sobre o assunto. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos da lei. -----